

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DE CONCEITOS E ATITUDES SOBRE DEFICIÊNCIA¹

TOOLS FOR ASSESSING CONCEPTS AND ATTITUDES ABOUT DISABILITY

Gabriela de Lima MORAES²

Lúcia Pereira LEITE³

Adriana M. Valladão Novais VAN PETTEN⁴

RESUMO: A percepção da deficiência, influenciada por conceitos e ideias, impacta diretamente a vida diária de pessoas nessa condição e suas interações sociais. Historicamente, essa população foi marginalizada devido a preconceitos e estigmas. Para desconstruir concepções estigmatizantes e promover a participação das pessoas com deficiência na sociedade, é crucial validar instrumentos de pesquisa culturalmente diversos. Neste estudo, realizou-se uma revisão sistemática integrativa com o objetivo de identificar instrumentos que mensuram a compreensão da deficiência em diferentes contextos, nacional e internacional. A busca foi feita nas bases *Web of Science* e *Scopus*, utilizando descritores combinados com operadores booleanos. Dos 150 artigos recuperados e avaliados, selecionaram-se dez, provenientes de diferentes países, para análise. Foram examinados nove instrumentos, categorizados por público a que se destinam, país de origem, finalidade, objetivos e principais achados. Observou-se que ainda existem poucos instrumentos robustos para investigar um tema que necessita de mais atenção dos pesquisadores, visando melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência e promover o reconhecimento da diferença como uma característica humana fundamental.

PALAVRAS-CHAVE: Revisão de literatura. Escala de avaliação. Pessoas com deficiência.

ABSTRACT: The perception of disability, influenced by concepts and ideas, directly impacts the daily lives of people with this condition and their social interactions. Historically, this population has been marginalized due to prejudice and stigma. In order to deconstruct stigmatizing conceptions and promote the participation of people with disabilities in society, it is crucial to validate culturally diverse research instruments. This study carried out an integrative systematic review with the aim of identifying instruments that measure the understanding of disability in different national and international contexts. The search was conducted in the Web of Science and Scopus databases using descriptors combined with Boolean operators. Of the 150 articles retrieved and evaluated, ten from different countries were selected for analysis. Nine instruments were examined and categorized by the intended audience, country of origin, purpose, objectives, and main findings. It was observed that there are still few robust instruments available to investigate a topic that requires greater attention from researchers, with the goal of improving the quality of life for people with disabilities and fostering the recognition of difference as a fundamental human characteristic.

KEYWORDS: Literature review. Rating scale. People with disabilities.

1 INTRODUÇÃO

A compreensão da deficiência como uma categoria complexa e diversificada é o resultado de uma ampla gama de estudos e pesquisas realizadas ao longo das últimas décadas, impulsionados por mudanças políticas e econômicas globais (Diniz, 2007). Historicamente, a

¹ <https://doi.org/10.1590/1980-54702025v31e0254>

² Integrante do Grupo de Pesquisas e Estudos em Deficiência e Inclusão (GEPDI). Bolsista de Iniciação Científica na ocasião da pesquisa. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC/CNPq). Graduada em Psicologia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), campus Bauru. Bauru/São Paulo/Brasil. E-mail: lima.moraes@unesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-1938-4792>

³ Livre-docente em Psicologia da Educação. Departamento de Psicologia. Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da Unesp, campus Bauru. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PQ/CNPq – Processo nº 313741/2023-9). Bauru/São Paulo/Brasil. E-mail: lucia.leite@unesp.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2401-926X>

⁴ Professora Titular. Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pós-Graduação em Estudos da Ocupação da UFMG. Belo Horizonte/Minas Gerais/Brasil. E-mail: avaladao@ufmg.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7979-2319>

população com deficiência era demasiadamente marginalizada, pois as concepções a respeito eram estigmatizantes, sendo apenas recente a desconstrução de tais preceitos e o combate a formas preconceituosas de retratar esse grupo social.

Enriquecido por várias áreas, o campo de estudos da deficiência tem se beneficiado significativamente da perspectiva da psicologia histórico-cultural, desde as contribuições de Vigotski até os dias atuais. Essa abordagem tem se dedicado a investigar as especificidades das experiências das pessoas com deficiência e a pensar em maneiras de construir uma sociedade mais inclusiva, que respeite corpos e comportamentos diferentes como parte do humano. Isso implica uma reconfiguração da sociedade no modo de compreender os sujeitos que a constituem.

A adoção de novas práticas, tidas como mais inclusivas, foi estimulada por lutas e movimentos sociais que impulsionaram a Convenção de Nova Iorque, assinada em 2006, da qual vários países foram signatários. No documento normativo, traduzido e adotado por diversos países – inclusive pelo Brasil em 2007 –, a deficiência passa a ser conceituada como um conjunto de “impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, art. 1º). Nessa conceituação, observa-se claramente uma mudança de foco, voltando-se para o contexto social.

Em uma perspectiva sociológica crítica, Piccolo e Mendes (2013) defendem que a maneira como percebemos a deficiência – e sua definição, que é resultado de um conjunto de ideias e conceitos – tem consequências práticas na vida diária e, conseqüentemente, nas interações sociais. Assim, a compreensão da deficiência é um conceito em evolução, passível de diferentes interpretações.

Dessa forma, é importante que a comunidade científica elabore instrumentos de pesquisa que procurem estudar a deficiência em seus diferentes aspectos e em diferentes culturas (conceituais, aplicados e/ou instrumentais, por exemplo). Para Omote (2005), a “utilização de instrumento de mensuração confiável certamente poderá contribuir para o desenvolvimento de pesquisas empíricas, altamente necessárias hoje para ultrapassar as discussões meramente opinativas ou baseadas em alguns dogmas, e produzir conhecimentos científicos acerca da realidade social da inclusão” (p. 37).

Tais condições, portanto, são essenciais quando se pensa na adoção de práticas e atitudes sociais mais inclusivas dirigidas ao público designado como pessoas com deficiência, uma vez que nossas concepções influenciam nosso comportamento em relação a grupos sociais. As atitudes sociais são direcionadas a um alvo específico, chamado de objeto atitudinal, que pode ser um grupo de pessoas ou uma instituição social. Nesse caso, portanto, pode-se falar em atitudes sociais em relação às pessoas com deficiência (Omote, 2016, p. 1). É nesse contexto que este estudo de revisão integrativa se insere, tendo como objetivo identificar instrumentos de pesquisa utilizados, no contexto nacional e internacional, para avaliar e identificar as concepções de deficiência.

2 MÉTODO

Esta seção apresenta os procedimentos metodológicos adotados para a realização da revisão integrativa da literatura. São descritos o tipo de estudo, as bases de dados utilizadas, os critérios de inclusão e exclusão, os procedimentos de seleção dos artigos e a forma de análise dos dados.

2.1 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura científica, com o objetivo de identificar e sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre um tema de maneira sistemática e abrangente. A revisão integrativa fornece informações mais amplas sobre um assunto/problema, constituindo, assim, um corpo de conhecimento (Alcoforado et al., 2014). Para Whitemore e Knafl (2005), o termo “integrativa” tem origem na integração de opiniões, conceitos ou ideias provenientes de pesquisas. Esse tipo de revisão é importante, pois proporciona a sistematização do conhecimento científico de forma que o pesquisador se aproxime da problemática que deseja trabalhar, traçando um panorama sobre sua produção científica, a fim de conhecer a evolução do tema ao longo do tempo e, com isso, obter um profundo entendimento de determinado assunto com base em estudos anteriores (Botelho et al., 2011).

Dessa forma, a revisão integrativa aqui descrita contribui para a identificação e a disseminação de instrumentos de pesquisa (nacionais e internacionais) que possam ser aplicados a diferentes públicos para avaliar a concepção de deficiência, detalhando suas características, tais como: tipo de instrumento, origem, foco de atenção, público de interesse, entre outras; trazendo, nesse sentido, evidências que contribuam para a discussão da concepção de deficiência de forma ampliada. Isso é importante quando se preconiza a valorização de estudos que coadunem com uma sociedade inclusiva e plural.

2.2 BASES INDEXADAS E DESCRITORES UTILIZADOS

Para a realização desta revisão, organizou-se uma busca sistemática e abrangente nas bases de dados eletrônicas *Web of Science* e *Scopus*. A escolha dessas bases de busca científica se deu por serem amplamente utilizadas por pesquisadores de diversas localidades para recuperação e publicação de artigos robustos em distintas áreas de estudo. Assim, ambas indexam uma imensa variedade de artigos apresentados em periódicos, conferências e outros tipos de publicações acadêmicas, sendo, portanto, adequadas para uma revisão integrativa.

Para a varredura das produções disponíveis na *Web of Science*, foi utilizada a seguinte estratégia de busca, com descritores e operadores booleanos: “people with disabilit*”⁵ OR “person with disabilit*” AND “scale near disabilit*” AND “concept*”. Já na *Scopus*, em função da especificidade da plataforma, utilizou-se a seguinte estratégia de busca: “people with disability” OR “people with disabilities” OR “person with disability” OR “person with disabilities” AND “scale” AND “concept*”. A definição dos descritores foi feita com base nas referências adotadas

⁵ O asterisco (*) é um caractere utilizado para representar qualquer sequência de caracteres, inclusive nenhum. Esse recurso é útil para realizar buscas que incluam derivados de uma palavra ou termo que compartilhem uma raiz comum. Ele é utilizado à direita de uma palavra.

em língua inglesa em estudos da área. A consulta em ambas as bases de dados foi realizada na busca avançada, nos meses de janeiro e fevereiro de 2024.

2.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Os critérios de inclusão e exclusão têm por objetivo manter a coerência com a pergunta de pesquisa previamente estabelecida (Lopes, 2002). Nesta revisão, foram incluídos artigos publicados na última década, no intervalo temporal de 2014 a 2024, de acesso aberto e disponíveis nos idiomas português, espanhol e inglês, que tratassem de escalas utilizadas como procedimentos de pesquisa voltados especificamente à investigação de concepções de deficiência. Artigos que não atenderam a esses critérios foram excluídos.

2.4 PROCEDIMENTOS

Inicialmente, os resultados das bases de dados foram comparados para exclusão dos artigos duplicados. Posteriormente, dois revisores, de forma autônoma, fizeram a leitura dos títulos e resumos dos artigos e selecionaram aqueles que atendiam aos critérios de inclusão definidos. Os artigos com análises divergentes foram avaliados por um terceiro revisor. As respostas foram avaliadas por meio do índice de concordância, sendo considerados excelentes os valores acima de 90%; valores altos, de 80 a 89%; aceitáveis, de 66 a 79%; e valores inferiores a 66% foram considerados baixos (Bauer & Gaskell, 2002). Destaca-se que a taxa de concordância entre os revisores, relativa à seleção dos artigos na *Web of Science*, foi de 89,7% (n = 104), e, na *Scopus*, foi de 90,5% (n = 38). Após o procedimento inicial, realizou-se a leitura integral dos artigos para categorização dos dados.

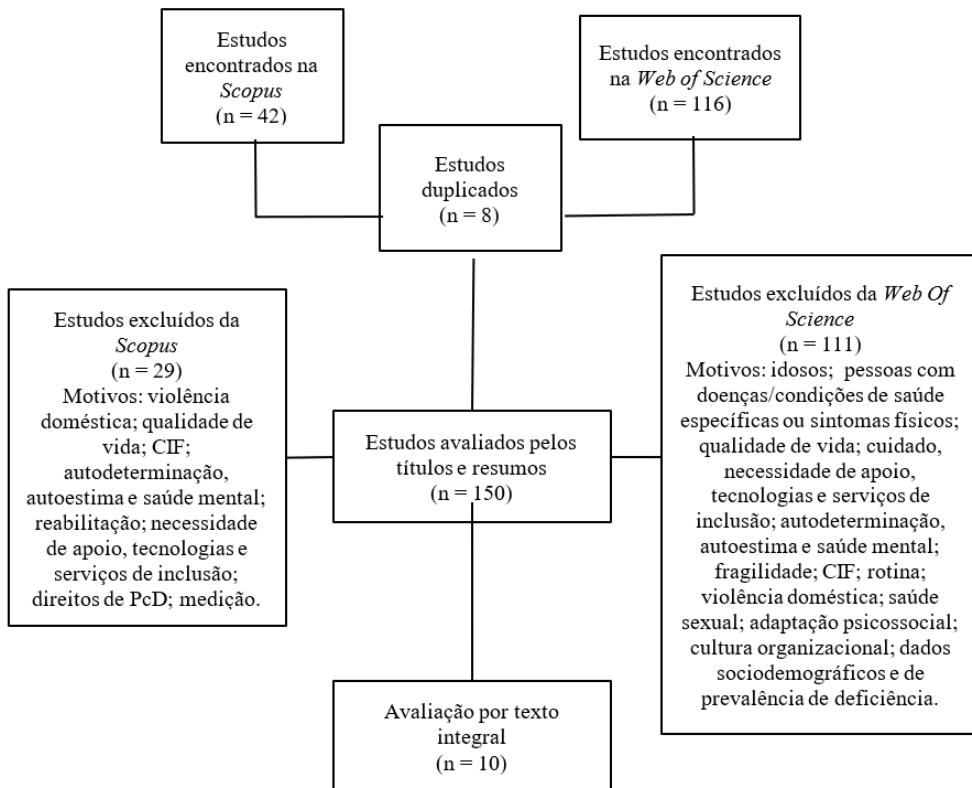
2.5 ANÁLISE DE DADOS

Os artigos selecionados para a revisão foram registrados e organizados em uma planilha, considerando os seguintes elementos para análise: título do artigo, ano de publicação, autores, escala, nome da escala, objetivo da escala, características da escala, origem da escala e público a que se destinava. A análise desses elementos buscou agrupar e inter-relacionar os resultados, com o intuito de apresentar um panorama sobre o tema pesquisado, bem como apontar possíveis lacunas (Lubbe et al., 2020).

3 RESULTADOS

Foram encontrados um total de 158 artigos sobre o tema, sendo 116 na base de dados *Web of Science* e 42 na *Scopus*. Do total, identificaram-se oito artigos em duplicidade, permanecendo 150 para análise. Após a leitura do título e do resumo, foram selecionados dez artigos para a revisão integrativa. A Figura 1, a seguir, apresenta o fluxograma da busca e análise realizadas.

Figura 1
Fluxograma



Nota. CIF = Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde; PcD = Pessoa com Deficiência.

Nota de Acessibilidade (audiodescrição). Fluxograma composto por sete caixas de texto retangulares conectadas por linhas. As etapas do processo de seleção de estudos estão distribuídas verticalmente. No alto, à esquerda, Estudos encontrados na *Scopus*, 42, e à direita, Estudos encontrados na *Web of Science*, 116. Abaixo, conectada às duas acima, uma caixa aponta Estudos duplicados, 8. Na sequência, uma caixa, ao centro, indica os 150 Estudos avaliados pelos títulos e resumos. Conectadas a ela, duas outras caixas. À esquerda, 29 Estudos excluídos da *Scopus*, com os motivos listados: violência doméstica, qualidade de vida, CIF; automedicação, reabilitação, saúde mental; tecnologias e serviços de apoio; serviços de inclusão; direitos de pessoa com deficiência; e medição. Na caixa da direita, 111 estudos excluídos da *Web of Science* com as justificativas listadas a seguir: - idosos; pessoas com doenças/condições de saúde específicas ou sintomas físicos; qualidade de vida, cuidado, necessidades de apoio; tecnologias e serviços de inclusão; automedicação, resistência e saúde mental; abuso, violência doméstica, saúde sexual; adaptação psicossocial; cultura organizacional; e dados socioeconômicos de prevalência de deficiência. Por fim, restaram 10 estudos para avaliação do texto integral.

Foram identificados dez estudos que utilizaram algum instrumento que buscava avaliar/analisar a concepção de deficiência, publicados no período de 2014 a 2024. Três deles foram desenvolvidos no Brasil (30%), um nos Estados Unidos (10%), cinco em países da Europa (50%) e um no Japão (10%). O Quadro 1 apresenta as principais características dos estudos que compõem esta revisão, com a indicação do instrumento utilizado relacionado à concepção de deficiência.

Quadro 1

Características dos estudos identificados e indicação do instrumento relacionado à concepção de deficiência

Referência	Tipo de estudo	Objetivo do estudo	Instrumentos	País de realização do estudo
Leite, Cabral et al. (2023)	Estudo quantitativo transversal observacional.	Estudar e analisar as concepções de deficiência apresentadas por universitários brasileiros.	Escala Intercultural de Conceitos sobre Deficiência (EICD)	Brasil
Leite, Martins et al. (2023)	Estudo quantitativo transversal observacional.	Apresentar e analisar as concepções de universitários espanhóis sobre a deficiência.	Escala Intercultural de Conceitos sobre Deficiência (EICD)	Espanha
Iwakuma et al. (2023)	Estudo de avaliação de intervenção educacional.	Avaliar a eficácia quantitativa e qualitativa de um curso de graduação japonesa intitulado: "O que é deficiência?".	<i>Disability Social Work (DSW) scale</i>	Japão
Upegui-Arango et al. (2022)	Estudo de tradução, adaptação cultural e validação psicométrica de instrumento.	Desenvolver bancos de itens em alemão para avaliar barreiras e facilitadores de atitudes sociais e comparar com as dos Estados Unidos.	Bancos de itens que identificam as barreiras e facilitadores de atitude social em relação às pessoas com deficiência.	Alemanha
Derguy et al. (2021)	Estudo de desenvolvimento e validação psicométrica de instrumento.	Desenvolver e validar o <i>Children's Attitudes Toward Autism Questionnaire (CATAQ)</i> para avaliar as atitudes de crianças sem deficiência em relação às crianças com autismo.	CATAQ <i>Shared Activities Questionnaire-B (SAQ-B)</i> ;	França
Torres et al. (2021)	Estudo multicaso de caráter experimental, com análise quantitativa e qualitativa	Analisar as concepções de deficiência de profissionais que atuam nas redes de serviços de prevenção e proteção à violência.	Escala de Concepções de Deficiência (ECD)	Brasil
Rizzo et al. (2021)	Estudo quantitativo transversal com componente longitudinal.	Avaliar a percepção da deficiência dos professores de apoio antes e após a realização de um curso de especialização.	Questionário desenvolvido pelos pesquisadores	Itália
Zaluska et al. (2020)	Estudo quantitativo transversal.	Avaliar a percepção da deficiência e sua relação com características demográficas e profissionais dos respondentes bem como identificar características que favoreçam ser um "embaixador das pessoas com deficiência" no local de trabalho.	<i>The Attitudes to Disability Scale (ADS)</i> ; Questionário próprio.	Polônia
López Bastías e Moreno Rodríguez (2019)	Estudo descritivo.	Compreender as atitudes dos estudantes universitários em relação à deficiência.	<i>Escala de Actitudes hacia la Discapacidad (EAD)</i>	Espanha

Referência	Tipo de estudo	Objetivo do estudo	Instrumentos	País de realização do estudo
Garcia et al. (2015)	Estudo misto, combinando abordagens qualitativas e quantitativas.	Descrever o desenvolvimento de uma medida autorrelatada de atitudes sociais que atuam como facilitadores ou barreiras ambientais para a participação de pessoas com deficiência na sociedade.	Banco de itens de autoavaliação de atitudes sociais que atuam como facilitadores ou barreiras	Estados Unidos

3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS

Nas produções de referência, foram encontrados nove instrumentos que avaliam a concepção de deficiência. O estudo de Derguy et al. (2021) teve como objetivo a validação do CATAQ, para uso com crianças pequenas. Esse instrumento foi desenvolvido na França com o propósito de medir as intenções comportamentais de crianças sem deficiência em relação aos colegas com autismo. É composto por 24 itens, divididos em três subescalas – cognitiva, afetiva e comportamental –, com oito itens cada.

A subescala cognitiva avalia crenças estereotipadas em relação a crianças com autismo, sendo composta por quatro itens relacionados ao domínio da competência e quatro ao domínio do afeto. Além disso, a versão reduzida do *Chedoke McMaster Attitudes Toward Children with Handicaps* (CATCH), desenvolvida por Megan Armstrong no Canadá, em 2017, para medir as atitudes das crianças em relação aos colegas com alguma deficiência, foi traduzida e adaptada para o estudo de Derguy et al. (2021) como forma de complementar a avaliação das dimensões afetiva e comportamental. O grau de concordância é obtido por meio de uma escala *Likert* de 5 pontos. Além do CATAQ, foi utilizado também o *Shared Activities Questionnaire-B* (SAQ-B), desenvolvido por Bell e Morgan na França, em 2000, que contém 24 itens divididos em três dimensões – Social, Acadêmica e Recreativa –, tendo sido utilizada, no estudo de Derguy et al. (2021), apenas a subescala “Recreativa”.

Dois estudos utilizaram o mesmo instrumento: a Escala Intercultural de Concepção de Deficiência (EICD), desenvolvida por Leite et al. (2021), no Brasil. Essa escala é composta por 43 enunciados afirmativos, distribuídos em três concepções – biológica, social e metafísica. É autoaplicável, e o respondente deve assinalar uma das opções em uma escala *Likert* de 5 pontos, que varia de concordância total a discordância total, passando por ponto neutro. A EICD apresenta dados psicométricos consistentes (Leite et al., 2021) e foi validada para uso no Brasil, na Espanha e em Portugal.

Outro instrumento desenvolvido no Brasil foi a Escala de Concepção de Deficiência (ECD), criada por Leite e Lacerda (2018) e encontrada no artigo de Torres et al. (2021). Ela é composta por um conjunto de 20 asserções que retratam quatro concepções de deficiência – social, biológica, metafísica e histórico-cultural –, com cinco sentenças para cada concepção, organizadas de forma não consecutiva. A orientação aos respondentes é de que, para cada assertiva, seja assinalada uma das cinco opções de resposta, as quais variam em uma escala *Likert*, indicando, assim, sua concordância, discordância ou neutralidade em relação à afirmação. Destaca-se que esse instrumento foi precursor da EICD.

Outros dois estudos não utilizaram escalas propriamente ditas, mas sim bancos de itens voltados à avaliação de atitudes sociais em relação às pessoas com deficiência. O estudo de Garcia et al. (2015), desenvolvido em Chicago, Estados Unidos, apresenta a validação psicométrica de um banco de itens para identificação de atitudes sociais facilitadoras ou barreiras em relação à pessoa com deficiência. Esse banco é composto por 83 itens de atitudes sociais, sendo 31 facilitadores e 52 barreiras.

O estudo de Upegui-Arango et al. (2022) buscou validar e adaptar o banco de itens proposto por Sofia F. Garcia e colaboradores para a cultura alemã. A versão alemã conta com 53 itens (atitudes sociais), sendo 35 relacionados às barreiras (individuais e sociais) e 18 relacionados aos facilitadores (individuais e sociais). As subescalas individuais são adequadas para uso em contexto clínico, na identificação de barreiras e facilitadores individuais que podem restringir ou apoiar a participação e a saúde dos indivíduos com deficiência. Já as subescalas sociais são mais indicadas para a identificação de situações macro, direcionando estratégias e ações de políticas públicas de diferentes âmbitos para esse público. Cada banco de itens (Estados Unidos e Alemanha) apresenta uma pontuação específica – pontuações mais altas refletem a percepção de mais barreiras.

Sobre o artigo de Iwakuma et al. (2023), o instrumento analisado foi a escala *Disability Social Work* (DSW), desenvolvida por Makoto Sugino no Japão, em 2008, que pergunta aos participantes sobre seus sentimentos em relação às deficiências, às pessoas com deficiência e à igualdade de oportunidades. Possui 48 itens com seis subescalas: melhoria da desigualdade, reconhecimento da desigualdade, apoio às pessoas com deficiência, percepção da dificuldade/incapacidade das pessoas com deficiência, rejeição da deficiência e proximidade psicológica com relação à deficiência. Para cada item, o respondente deverá indicar o grau de concordância, considerando uma escala do tipo *Likert* de 7 pontos, com pontuações variando de “discordo fortemente” a “concordo totalmente”, gerando, ao final, uma pontuação total indicativa (Sugino & Kandai Disability Studies Group, 2008).

Já o instrumento identificado no artigo de Załuska et al. (2020) foi a *The Attitudes to Disability Scale* (ADS), desenvolvida em 2010 por Mick Power, membro do Grupo de Qualidade de Vida da Organização Mundial da Saúde – *World Health Organization Quality of Life Group* (WHOQOL). O teste consiste em 16 enunciados relacionados à percepção do funcionamento de pessoas com deficiência na sociedade, distribuídos em quatro áreas principais: Inclusão, Discriminação, Ganhos e Perspectivas. Os itens da escala ADS são formulados como declarações negativas sobre pessoas com deficiência. Apenas a área “Ganhos” possui uma exceção, na qual os itens indicam características positivas relacionadas à deficiência. O respondente expressa suas crenças por meio de uma escala *Likert* de 5 pontos, variando de discordância total a concordância total.

Além da ADS, o estudo de Załuska et al. (2020) utilizou um questionário próprio para identificar o grau de concordância dos respondentes sobre aspectos como: (1) a correção das soluções sistêmicas existentes em relação à política para pessoas com deficiência; (2) a atmosfera de abertura social para pessoas com deficiência e privilégios de emprego; (3) o conhecimento dos empregadores sobre questões de deficiência. Para as respostas ao questionário,

utilizou-se uma escala de 4 pontos, com opções de resposta definitivamente afirmativas ou negativas em relação a cada item.

O artigo de Rizzo et al. (2021), por sua vez, utilizou um questionário desenvolvido pelos próprios autores, pesquisadores do *Disability Research Center* de Roma – Itália, para analisar a concepção de deficiência de professores de apoio antes e após a realização de um curso de especialização. O questionário foi dividido em três seções: dados pessoais; experiência prévia com a docência e familiaridade com pessoas com deficiência; e representação (ideias e atitudes dos professores em relação às pessoas com deficiência). As duas primeiras seções continham questões de múltipla escolha, e a última, itens para indicação de resposta a partir de escala *Likert* de 5 pontos.

Por fim, o estudo de López Bastías e Moreno Rodríguez (2019), realizado na Espanha, fez uso da escala espanhola *Escala de Actitudes hacia la Discapacidad* (EAD), desenvolvida por Verdugo et al. (2002). Essa escala é composta por 37 afirmativas distribuídas em cinco dimensões: avaliação de competência e limitações; reconhecimento ou negação dos direitos das pessoas com deficiência; envolvimento pessoal; classificação genérica; e envolvimento em papéis ocupacionais. A pessoa entrevistada deve expressar seu grau de concordância ou discordância para cada uma das afirmações, de forma positiva ou negativa. Para isso, é utilizada uma escala de respostas do tipo *Likert* com seis opções: totalmente, bastante ou parcialmente de acordo; bastante, parcial ou totalmente em desacordo.

4 DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo serão discutidos considerando os seguintes aspectos: características dos instrumentos, público a que se destinam e área de conhecimento das pesquisas, países de realização dos estudos e a possibilidade de realização de estudos comparados entre culturas.

Os instrumentos identificados são estruturados em formato de questionários compostos por itens/afirmativas para indicação de grau de concordância por meio de escala *Likert*, variando de 4 a 7 pontos, utilizada em todos eles como forma de resposta. A escala *Likert*, desenvolvida por Rensis Likert em 1932 e conhecida por ser uma escala somativa, é o modelo mais utilizado para mensurar atitudes, percepções e opiniões (Likert, 1932). Por transformar opiniões qualitativas em dados quantitativos, em estudos cujo foco é avaliar concepções de deficiência em diferentes públicos, ela se torna significativamente eficiente, uma vez que tais concepções são constructos sociais, portanto imbuídos de vieses e subjetividades, e essa escala pode permitir quantificar essas subjetividades. Outro benefício é a facilidade de compreensão das instruções e dos itens da escala, tanto para os pesquisadores quanto para os respondentes. Isso simplifica o processo de coleta de dados e aumenta a taxa de resposta. Ela também permite comparações entre diferentes grupos de respondentes, ajudando a identificar padrões e diferenças nas atitudes e nas percepções.

Ademais, o número de afirmativas/itens que compõem os instrumentos analisados varia de 16 a 83, com uma tendência a instrumentos mais curtos, o que possibilita, por um lado, maior rapidez para resposta – aspecto fundamental para evitar desistência por parte dos participantes. Por outro lado, instrumentos com essa característica necessitam de itens robustos,

que, de fato, avaliem o que se pretende investigar, sendo importante a validação psicométrica das escalas (DeVellis, 2016). Nesta revisão, seis instrumentos apresentaram informações sobre dados psicométricos, sendo eles: EICD; banco de itens de autoavaliação de atitudes sociais que atuam como facilitadores ou barreiras; CATAQ; SAQ-B; ADS; e EAD.

Dos instrumentos identificados, apenas o CATAQ tinha como foco avaliar a concepção/atitude em relação a um público específico (autista). Já a DSW buscou investigar a categoria da deficiência em um contexto mais localizado, o mundo do trabalho. Os demais buscam avaliar a concepção de deficiência de forma mais global, sem especificar condições de deficiência específicas, e são aplicados em diferentes contextos. Isso permite que o instrumento não tenha tantas limitações quando utilizado, evitando a necessidade de empregar mais de um instrumento de avaliação para diferentes deficiências em contextos distintos, o que, por exemplo, poupa tempo e investimento dos pesquisadores.

Quanto ao público a que se destinam os estudos e à aplicação dos instrumentos, apenas o CATAQ foi desenvolvido para captar a concepção de deficiência de crianças pequenas, de 6 a 11 anos. A elaboração de instrumentos que consigam identificar opiniões/percepções de crianças pequenas não é simples, pois elas podem ser mais suscetíveis à influência de fatores externos, como as opiniões de pais ou outros, além da preocupação em utilizar uma linguagem adequada à faixa etária. Os adultos, porém, geralmente conseguem compreender e articular seus pontos de vista ou opiniões de forma mais complexa, dado que há maior desenvolvimento de suas funções psicológicas superiores, que lhes permite apropriar-se realmente da condição humana de pensar, refletir, abstrair, inventar, criar, fantasiar, projetar e operar, utilizando-se de símbolos e signos (Tosta, 2012). Talvez por isso, 90% dos instrumentos identificados nesta revisão sejam destinados ao público com idade acima de 18 anos.

Ressalta-se que apenas dois estudos incluíram pessoas com deficiência entre os participantes, e isso pode ser justificado pelo contexto histórico. Por muito tempo, pessoas sem deficiência ocuparam o topo de uma hierarquia social, tendo maior presença no comando da sociedade, desfrutando de privilégios e poder, enquanto pessoas com deficiência eram desprezadas, alvos de estigmas e preconceitos. Dessa forma, as discussões sobre concepções de deficiência entre pessoas sem deficiência são importantes para que haja mudanças nessas percepções negativas e estereotipadas, promovendo uma inclusão maior dessa população na sociedade.

Assim, quanto mais se consideram e se conhecem as mudanças e diferenças dessas concepções – principalmente pela população sem deficiência –, mais se pensa e se discute sobre ações e políticas inclusivas a serem implementadas na comunidade, garantindo a participação de pessoas com deficiência em diferentes espaços. Logo, limitar a compreensão do fenômeno a apenas um dos fatores que o determinam prejudica a sua compreensão como possibilidade, e isso pode ser reproduzido no discurso, a ponto de excluir o diferente (Leite & Oliveira, 2019).

O estudo de Forber-Pratt e Zape (2017) evidencia a ausência de mais estudos com participantes com alguma deficiência, após uma busca por artigos acadêmicos revisados por pares, abrangendo o período de 1985 a 2016. O resultado foi de apenas 52 artigos que continham a frase exata: “identidade da deficiência”, mesmo sem o uso de filtros. Entretanto, usando os mesmos parâmetros, havia 2.080 artigos que continham “identidade sexual” e 1.275 artigos que continham “identidade racial” (Forber-Pratt & Zape, 2017, p. 350). Portanto, a identifi-

cação e discussão dos aspectos psicológicos e psicossociais relacionados às pessoas com deficiência, como sua identidade, por meio de estudos que as utilizem como participantes, precisam estar mais presentes no meio acadêmico.

Não obstante, um dado interessante refere-se às áreas do conhecimento em que os estudos selecionados foram publicados. Elas se concentram na educação e na saúde, sendo a maioria vinculada à primeira. Entender as concepções de deficiência é crucial para a área da educação, porque permite pensar e criar políticas de inclusão e práticas educacionais que atendam às necessidades de todos, visando ao desenvolvimento humano em suas diversas facetas, além de combater o estigma, os preconceitos e a discriminação presentes no ambiente educacional.

Assim como na educação, a compreensão das concepções de deficiência na área da saúde promove a criação de políticas públicas inclusivas para esse público, implicando um atendimento acessível, eficaz e respeitoso, ao passo que ajuda a identificar e abordar as necessidades específicas de saúde das pessoas com deficiência, garantindo que os serviços/recursos sejam adaptados às suas necessidades individuais. Dessa forma, em ambas as áreas, combatem-se as barreiras físicas e atitudinais que impactam as oportunidades de acesso à educação, ao trabalho, à saúde de qualidade e à participação na sociedade (World Health Organization [WHO], 2011).

Quanto aos países em que os instrumentos analisados foram aplicados, quase todos assinaram a Convenção de Nova Iorque de 2006, sendo eles: Alemanha, Brasil, Estados Unidos, França, Itália e Japão. Isso reflete a ampliação do debate sobre inclusão e participação da pessoa com deficiência na sociedade, dado que a Convenção surgiu para promover, defender e garantir condições de vida com dignidade às pessoas com deficiência (Decreto nº 6.949, 2009). Alguns de seus princípios são: o respeito pela dignidade inerente, a independência da pessoa – inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas –, a autonomia individual, a não discriminação, a plena e efetiva participação e inclusão na sociedade, o respeito pela diferença, a igualdade de oportunidades e a acessibilidade (Decreto nº 6.949, 2009).

Dessa forma, pode-se inferir que os países signatários aqui citados buscam estudar e avaliar as concepções de deficiência de sua população com maior frequência por compreenderem sua importância, cumprindo os princípios da Convenção. Destaca-se que a Agenda 2030, promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU), chama atenção para a necessidade de promover ações que possam dirimir as desigualdades pautadas nas diferenças entre os sujeitos, designadas no meio como pessoas com deficiência. Tal distanciamento se configura como uma característica global, presente tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento. O documento relata ainda a necessidade de ampliar e qualificar os estudos sobre essas e outras questões a partir de análises específicas em cada país. Contudo, ressalta a limitação de estudos entre países, o que dificulta a comparabilidade entre culturas (WHO, 2022). Assim, compreender e estudar a deficiência passa a configurar-se como uma questão de interesse social global.

6 CONCLUSÃO

Esta revisão fornece uma visão geral sobre tipos de instrumentos de pesquisa que possam identificar e analisar concepções e/ou atitudes em relação às pessoas com deficiência, ou à condição em si. Acredita-se que esta revisão traz relevantes contribuições ao debate atual sobre os modos de pensar a respeito da deficiência em diferentes culturas. Discussões dessa

natureza podem ecoar na formulação e implementação de políticas públicas que almejem uma participação mais efetiva dessas pessoas.

A varredura bibliográfica efetuada pautou-se em duas bases eletrônicas de referência internacional – *Scopus* e *Web of Science* –, com o uso de um conjunto de descritores que permitisse abarcar um maior número de produções científicas sobre o tema. É oportuno mencionar que a revisão integrativa relatada não teve como foco os estudos encontrados e selecionados propriamente ditos, mas, sim, os instrumentos por eles utilizados, uma vez que se considerou inovador ampliar a análise sobre o conceito de deficiência, identificando como os pesquisadores têm avaliado tal condição, ou seja, de quais instrumentos lançam mão. Na busca realizada, não foram encontrados estudos com este foco, demonstrando o ineditismo desta revisão.

Contudo, ao longo da análise de títulos e resumos dos estudos encontrados, foi notória a drástica diminuição dos que correspondiam ao objetivo desta revisão, sendo a maioria dos estudos excluída por estarem relacionados a outros fatores que não a concepção de deficiência, como doenças e condições específicas; autodeterminação, autoestima e saúde mental; cuidado; reabilitação; necessidade de apoio; tecnologias e serviços de inclusão; adaptação às pessoas com deficiência; idosos e qualidade de vida. Dessa forma, de 150 produções, apenas dez fizeram parte desta revisão integrativa.

Nesse sentido, percebeu-se que, apesar de haver poucos instrumentos robustos de pesquisa, a investigação sobre o tema tem sido objeto de interesse de áreas do saber distintas e busca provocar reflexão sobre a maior participação de um segmento populacional ainda segregado na sociedade. Nota-se que políticas públicas se articulam com a produção acadêmica e que pesquisadores da área da Educação Especial se beneficiam desta revisão por trabalharem tanto com esse tipo de instrumento quanto com os temas aqui iluminados – deficiência e inclusão. Portanto, o compartilhamento e o acesso a novos instrumentos são fundamentais para o avanço científico na área.

Por fim, cientes dos limites da revisão relatada, recomendamos, para a ampliação da discussão e de estudos futuros coerentes, que outras bases de dados sejam consultadas, talvez com novas configurações de descritores que representem o conceito e/ou a designação de deficiência utilizados em outros países, uma vez que os empregados neste estudo podem ter limitado a obtenção de resultados, dado que há maior dificuldade na definição dos descritores quando se trata de uma revisão integrativa que abrange outros idiomas.

REFERÊNCIAS

- Alcoforado, C. L. G. C., Melo, L. S. D., & Ercole, F. F. (2014). Revisão integrativa versus revisão sistemática. *REME*, 18(1), 1-260. <https://doi.org/10.5935/1415-2762.20140001>
- Bauer, M. W., & Gaskell, G. (2002). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Vozes.
- Botelho, A., Cunha, M., & Macedo, L. (2011). Understanding the dynamics of team collaboration. *Journal of Organizational Behavior*, 32(2), 123-145.

- Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm
- Derguy, C., Aubé, B., Rohmer, O., Marotta, F., & Loyal, D. (2021). Another step to school inclusion: Development and validation of the Children's Attitudes Toward Autism Questionnaire. *Autism: the international journal of research and practice*, 25(6), 1666-1681. <https://doi.org/10.1177/13623613211000163>
- DeVellis, R. F. (2016). *Scale development: Theory and applications*. Sage.
- Diniz, D. (2007). *O que é deficiência*. Brasiliense.
- Forber-Pratt, A. J., & Zape, P. M. (2017). Disability identity development model: Voices from the ADA-generation. *Disability and Health Journal*, 10(4), 350-355. <https://doi.org/10.1016/j.dhjo.2016.12.013>
- Garcia, S. F., Hahn, E. A., Magasi, S., Lai, J. S., Semik, P., Hammel, J., & Heinemann, A. W. (2015). Development of self-report measures of social attitudes that act as environmental barriers and facilitators for people with disabilities. *Archives of Physical Medicine and Rehabilitation*, 96(4), 596-603. <https://doi.org/10.1016/j.apmr.2014.06.019>
- Iwakuma, M., Miyamoto, K., & Murata, J. (2023). Changes in perceptions of Japanese university students toward disability: A mixed methods study. *International Journal of Disability, Development and Education*, 70(2), 156-168. <https://doi.org/10.1080/1034912X.2020.1865521>
- Leite, L. P., Cabral, L. S. A., & Lacerda, C. B. F. (2023). Concepções sobre deficiência em instituições públicas e privadas da Educação Superior. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 31(118), 1-24. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362022003003127>
- Leite, L. P., Cardoso, H. F., & Oliveira, T. de. (2021). Escala intercultural de concepções de deficiência: construção e estudos psicométricos. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 27, 573-588. <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0208>
- Leite, L. P., & Lacerda, C. B. F. (2018). A construção de uma escala sobre as concepções de deficiência. *Psicologia USP*, 29(3), 432-441. <https://doi.org/10.1590/0103-65642018109>
- Leite, L. P., Martins, S., Morina, A., & Morgado, B. (2023). Concepciones sobre la discapacidad de estudiantes universitarios españoles. *Alteridad*, 18(1), 122-135. <https://doi.org/10.17163/alt.v18n1.2023.10>
- Leite, L. P., & Oliveira, T. (2019). *A concepção social de deficiência sendo superada pelo entendimento biológico ou metafísico* [Apresentação de artigo]. VIII Simpósio Internacional em Educação e Filosofia, Marília, São Paulo, Brasil. <http://www.inscricoes.fmb.unesp.br/upload/trabalhos/2019626133814.pdf>
- Likert, R. (1932). A technique for the measurement of attitudes. *Archives of Psychology*, 22(140), 1-55. <https://archive.org/details/likert-1932/page/4/mode/2up>
- Lopes, I. L. (2002). Estratégia de busca na recuperação da informação: revisão da literatura. *Ciência da Informação*, 31(2), 60-71. <https://doi.org/10.1590/S0100-19652002000200007>
- López Bastías, J. L., & Moreno Rodríguez, R. (2019). Las actitudes de los estudiantes universitarios de grado hacia la discapacidad. *Revista de Educación Inclusiva*, 12(2), 50-65. <https://revistaeducacioninclusiva.es/index.php/REI/article/view/459>

- Lubbe, W., Ham-Baloyi, T. W., & Smit, K. (2020). The integrative literature review as a research method: A demonstration review of research on neurodevelopmental supportive care in preterm infants. *Journal of Neonatal Nursing*, 26, 308-315. <https://doi.org/10.1016/j.jnn.2020.04.006>
- Omote, S. (2005). A construção de uma escala de atitudes sociais em relação à inclusão: notas preliminares. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 11(1), 33-48. <https://www.abpee.net/pdf/artigos/art-11-1-3.pdf>
- Omote, S. (2016). Escala de atitudes sociais em relação à inclusão. *Journal of Research in Special Educational Needs*, 16(s1), 470-473. <https://doi.org/10.1111/1471-3802.12308>
- Piccolo, G. M., & Mendes, E. G. (2013). Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência. *Educação & Sociedade*, 34(123), 459-475. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302013000200008>
- Rizzo, S., Frolli, A., Cavallaro, A., Sinigaglia, G., & Scire, S. (2021). Social representation of disability and teachers. *Education Science*, 11(266), 1-12. <https://doi.org/10.3390/educsci11060266>
- Sugino, A., & Kandai Disability Studies Group. (2008). Measures of effectiveness on disability understanding seminars. *Kansai University School of Sociology Journal*, 39(3), 275-287.
- Torres, J. P., Cruz, L. P., & Cabral, L. S. A. (2021). Concepções sobre deficiência importam? *Revista Brasileira de Educação Especial*, 27, 545-558. <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0200>
- Tosta, C. G. (2012). Vigotski e o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. *Perspectivas em Psicologia*, 16(1), 57-67.
- Upegui-Arango, L. D., Mainz, V., Gecht, J., Mueller, C. A., Quack, V., Heinemann, A. W., & Boecker, M. (2022). Development of the German social attitude barriers and facilitators to participation-scales: an analysis according to the Rasch model. *BMC musculoskeletal disorders*, 23(423), 1-13. <https://doi.org/10.1186/s12891-022-05339-0>
- Verdugo, M. A., Jenaro, C., & Arias, B. (2002). Actitudes sociales y profesionales hacia las personas con discapacidad: estrategias de evaluación e intervención. In M. A. Verdugo (Ed.), *Personas con discapacidad. Perspectivas psicopedagógicas y rehabilitadoras* (pp. 79- 135). Siglo XXI.
- Whittemore, R., & Knaff, K. (2005). The integrative review: updated methodology. *Journal of advanced nursing*, 52(5), 546-553. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x>
- World Health Organization. (2011). World report on disability. *WHO*. <https://www.who.int/publications/i/item/9789241564182>
- World Health Organization. (2022). World health statistics 2022: Monitoring health for the SDGs, sustainable development goals. *WHO*. <https://www.who.int/data/gho/publications/world-health-statistics>
- Załużska, U., Grześkowiak, A., Kozyra, C., & Kwiatkowska-Ciotucha, D. (2020). Ambassador of People with Disabilities in the Workplace-Conducive Demographic and Professional Characteristics. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(19), 1-18. <https://doi.org/10.3390/ijerph17197036>

Recebido em: 27/09/2024

Reformulado em: 07/04/2025

Aprovado em: 07/04/2025